



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

**Nesta edição 19 matérias**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, quinta-feira, 16 de junho de 2011**

<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Manutenção da ZFM é incluída em proposta de governadores para reforma tributária ..... 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> ELES É QUE VÃO MAL ..... 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> REDUÇÃO DE ICMS SÓ SOB CONDIÇÕES ..... 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> COMÉRCIO VOLTA A AVANÇAR MAIS QUE INDÚSTRIA ..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> DECISÃO DO SUPREMO ACELERA REFORMA TRIBUTÁRIA ..... 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> MÍRIAM LEITÃO ..... 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> APOIO À REFORMA QUE SAI CARO ..... 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> MERVAL PEREIRA ..... 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ESTADO DE MINAS</b> EUA, JAPÃO E ITÁLIA VÊM ÀS COMPRAS ..... 14 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O TEMPO</b> MANTEGA DIZ QUE ICMS TEM MODELO FALIDO E PREJUDICA A PRODUÇÃO ..... 16 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>CORREIO BRAZILIENSE</b> MINISTRO PROMETE NOVO ICMS ..... 17 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> ALOIZIO MERCADANTE PROPÕE CRIAR A “EMBRAPADAINDÚSTRIA” ..... 18 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> ESTADOS PEDEM MUDANÇAS NO ICMS ..... 19 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>AMAZONAS NOTÍCIAS</b> ZFM é incluída em proposta de governadores do Norte e Nordeste para reforma tributária ..... 20 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>AMAZONAS NOTÍCIAS</b> BMW terá outra moto na Zona Franca de Manaus ..... 21 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PORTAL A CRÍTICA</b> Governo Federal anuncia série de medidas que irão beneficiar estados do Norte e do Nordeste ..... 22 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PORTAL A CRÍTICA</b> ZFM fabricará tablets ..... 23 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PORTAL A CRÍTICA</b> Deputado propõe alteração do PPB dos Tablets ..... 24 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PORTAL D24AM</b> Guido Mantega diz que modelo do ICMS prejudica a produção ..... 25 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO <b>AMAZONAS EM TEMPO</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Manutenção da <u>ZFM</u> é incluída em proposta de governadores para reforma tributária</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

A manutenção da **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)** como modelo de **desenvolvimento** econômico está entre os dez pontos defendidos pelos governadores da **Amazônia** Legal e do Nordeste do País em documento com pleitos para a reforma tributária, entregue durante reunião com a presidente Dilma Rousseff, nesta quarta-feira (15), em Brasília (DF).

A decisão de incluir a defesa da **ZFM** no documento foi tomada de comum acordo com governadores do Norte e Nordeste e representou uma conquista histórica para o **Amazonas**.

De acordo com o secretário executivo da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Thomás Nogueira, que também participou do encontro em Brasília, a proposta que defende que qualquer modelo de reforma tributária terá que preservar a **ZFM** foi bem recebida pela presidente Dilma e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que manifestaram posição favorável ao pleito.

A definição de uma proposta conjunta dos Estados das duas regiões, com a inclusão da defesa da **ZFM**, estava sendo desenhada desde a última semana, quando secretários de Fazenda dos Estados da **Amazônia** Legal se reuniram em **Manaus** para discutir temas como o Fundo de Participação dos Estados, dívida pública, guerra fiscal, invasão dos **importados** e reforma tributária.

O vice-governador José Melo disse que entre os dez pleitos apresentados pelos governadores estão, a convalidação dos benefícios fiscais existentes na forma da legislação de cada Estado e a adoção de uma política de **desenvolvimento** com tributos federais para que as empresas instaladas em localidades menos desenvolvidas, como no Norte e Nordeste, sejam incentivadas com alíquotas reduzidas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Renda (IR), PIS e Cofins.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>ELES É QUE VÃO MAL</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Alberto Tamer - O Estado de S.Paulo

**Pela primeira vez o risco de investir no Brasil é menor que nos Estados Unidos, fato que o ministro Guido Mantega em Brasília aproveitou para festejar, em entrevista à imprensa. O mais importante, porém, não é que o Brasil esteja melhor, mas que a credibilidade dos Estados Unidos tenha piorado.**

Pode parecer jogo de palavras, mas não é. A credibilidade não só dos Estados Unidos mas também da zona do euro está se deteriorando, sinalizando mais instabilidade no mercado financeiro mundial nos próximos meses. No caso americano, é a resistência do Partido Republicano de não aumentar o nível de endividamento do país para US\$ 14 trilhões - praticamente igual ao PIB. Uma política suicida que pode provocar nova crise financeira se não aprovarem o novo nível até agosto. Desde já, estão criando um clima de calote perigosíssimo para os Estados Unidos e o mundo.

Não é que os investidores vão deixar de comprar títulos do Tesouro americano. Ainda ontem, o governo anunciou que o fluxo líquido de capitais em abril foi de US\$ 68,2 bilhões, mas a demanda está desacelerando. Os estrangeiros compraram US\$ 23 bilhões, em abril, apenas um pouco menos que os US\$ 26 bilhões de março.

Até o Brasil. O resultado de maio ainda não saiu. Não deve ser melhor. Mesmo assim, todos continuam ainda comprando títulos americanos, com preferência agora para os de curto vencimento. "A crescente preocupação com o endividamento e o déficit está fazendo com que os investidores externos estejam vendendo títulos de longo prazo e comprando papéis de curto prazo", comenta Michael Woolfok, estrategista do BNT Mellon. Todos, como a China, US\$ 1,1 trilhão, Japão, US\$ 906 bilhões, Grã-Bretanha, US\$ 333 bilhões. Até o Brasil, que está num honroso quarto lugar.

O Banco Central não divulga a composição das reservas brasileiras, mas o Tesouro americano informa que em abril o País era o quarto maior detentor de títulos americanos, com US\$ 221 bilhões. É pouco mais que os US\$ 193 bilhões em março, praticamente igual a fevereiro.

É interessante registrar que os países exportadores de petróleo - classificados em conjunto pelo Departamento do Tesouro - detinham em abril US\$ 221 bilhões, quase igual ao Brasil.

Isso confirma o que a coluna já ressaltou: o excedente de dólares que continua entrando no País está indo para as reservas, que, por sua vez, são constituídas em boa parte pela compra de títulos do Tesouro americano.

Sem opções. Não há nada de estranho nisso. Todo mundo ainda está mantendo aqueles títulos em dólares simplesmente porque as outras opções - euro, yuan - são menos seguras. A China, a exemplo do Brasil, continua conservando quase a metade das reservas em títulos do Tesouro americano, apesar do baixo rendimento, para não as transformar em yuan e pressionar a inflação. A diferença é que as reservas chinesas decorrem mais do superávit comercial do que, agora, dos investimentos. Eles estão crescendo mais no Brasil que na China.

Isso vai mudar? Todos, inclusive o FMI, esperam que não. Os bancos centrais, que continuam comprando títulos americanos, também. Eles não podem influenciar a posição suicida dos conservadores republicanos, a não ser alertar sobre o risco de nova crise internacional. Eles exigem que Obama corte gastos para reduzir suas chances na eleição, mesmo que isso signifique jogar o país - e o mundo - no caminho da recessão.

Vamos ouvir Roubini? Mas não há exagero quando se fala em recessão nos EUA e na Europa, enquanto o Japão continua afundado nela? Não seria apenas uma manobra política de Obama e Bernanke ao dizer que um não do Congresso é fatal para o sistema financeiro internacional?

**Tudo indica que não. Sondagem entre economistas feita ontem pela Reuters mostra um quadro mais sombrio.**

E Nouriel Roubini, o desprezado professor da Universidade de Nova York, que previu em 2006 a crise de 2008, voltou esta semana a afirmar em artigos e entrevistas que é "uma tempestade perfeita". É um cenário de infortúnio fiscal nos Estados Unidos, desaceleração na China, reestruturação da dívida europeia e estagnação no Japão.

Roubini lembra que as ações no mundo inteiro perderam mais de US\$ 3,3 trilhões desde o início de maio e o mercado financeiro pode começar a se preocupar no meio do ano com

uma convergência de riscos em 2013. Ninguém o ouviu antes, dois anos da crise financeira. Não seria bom ouvi-lo agora?



VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO <b>REDUÇÃO DE ICMS SÓ SOB CONDIÇÕES</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Os Estados impuseram ontem novas condições para aceitarem a redução da alíquota do **ICMS** nas operações interestaduais, proposta pelo governo. A abertura de linha de crédito do **BNDES** para financiar investimentos, a manutenção dos incentivos fiscais da **Zona Franca** de **Manaus** e a repartição da arrecadação dos royalties do pré-sal entraram no rol de exigências dos Estados do Norte e Nordeste.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, sinalizou que está disposto a atender grande parte dos pedidos para concretizar a mudança na alíquota. Ele disse que os benefícios fiscais concedidos por leis estaduais serão convalidados para evitar questionamentos na Justiça./R.V. e L.N.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>COMÉRCIO VOLTA A AVANÇAR MAIS QUE INDÚSTRIA</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Sergio Lamucci | De São Paulo**

O **comércio** voltou a crescer com mais força que a indústria no segundo trimestre deste ano, uma tendência que deve se manter nos próximos meses, numa inversão do quadro registrado entre janeiro e março. O acúmulo de estoques nos primeiros meses do ano e a forte competição do produto **importado** apontam para um quadro de baixo crescimento na **produção** industrial daqui para frente, ao passo que o **comércio** tende a se expandir a um ritmo um pouco mais forte, ainda que inferior ao dos melhores momentos de 2010, dada a perspectiva de desaceleração da renda e do impacto da alta de juros e das medidas de restrição ao crédito.

A expectativa, desse modo, é que indústria e **comércio** voltem a repetir, com menor intensidade, o quadro observado de abril a dezembro de 2010.

A diferença de ritmo é mais forte em setores como tecidos, vestuário e calçados e móveis e eletrodomésticos, o que também começou a se verificar na construção, segundo cálculos da Rosenberg & Associados com base em números do IBGE. Já no setor de veículos e autopeças, indústria e **comércio** andam mais próximos.

No primeiro trimestre, a indústria de transformação cresceu 1,9% em relação ao trimestre anterior, feito o ajuste sazonal, enquanto o **comércio** varejista ampliado (que inclui veículos, motos, partes e peças e material de construção) avançou 0,95%. Em abril, porém, a indústria de transformação caiu 1,8% na comparação com março, enquanto o varejo teve alta de 1,1%, com aumento de 1,7% em veículos, motos, partes e peças.

Para a economista-chefe da Rosenberg, Thaís Marzola Zara, o aumento de estoques indica um cenário pouco animador para a indústria. Até desovar os inventários, a perspectiva é de um ritmo mais fraco de expansão, diz ela, que vê um crescimento bastante modesto do setor, de apenas 2,5% neste ano. Em 2010, a expansão foi de 10,4%.

Os economistas Ana Paula de Almeida Alves e Fernando Honorato Barbosa, do departamento de pesquisas e estudos econômicos do Bradesco, também veem a formação

de inventários indesejados como um sinal poderoso de que a atividade na indústria passará por uma fase de acomodação. Os dois ressaltam que, no primeiro trimestre, "a indústria acelerou fortemente a **produção**, justamente em um momento de desaceleração do consumo, um fortíssimo indício de acumulação de estoques".

**A sondagem da Confederação Nacional da Indústria (CNI) também mostra acúmulo indesejado de estoques.**

Para a indústria geral, o indicador subiu de 50,5 pontos em março para 51,8 pontos em abril -um número acima de 50 indica que mais empresas relatam ter inventários acima do planejado do que abaixo. "O movimento é mais intenso entre as grandes empresas", diz o gerente-executivo da unidade de pesquisa da CNI, Renato da Fonseca. No caso dessas companhias, o indicador pulou de 51,1 para 53,4 pontos, um nível que, segundo ele, merece atenção.

Para Fonseca, a perda de ritmo da economia, com uma demanda que cresceu menos do que se esperava no primeiro trimestre, explica esse fenômeno. No entanto, como não está em curso uma parada abrupta da atividade, ele acha que os inventários estarão ajustados em poucos meses.

Os setores que mais relatam inventários excessivos são os de máquinas e materiais elétricos, vestuário, móveis, têxteis, máquinas e equipamentos e calçados. São justamente aqueles em que costuma haver maior descompasso entre a **produção** da indústria e vendas no varejo - nos setores de máquinas e materiais elétricos e em máquinas e equipamentos, há muitos bens de capital, mas também bens duráveis como eletrodomésticos.

A forte competição do **importado** nesses setores é fundamental para explicar essa diferença de ritmo, diz Thaís. Em abril, o nível de vendas de móveis e eletrodomésticos, por exemplo, estava 29% acima do registrado em setembro de 2008, na série com ajuste sazonal. Já a **produção** de eletrodomésticos em abril ficou 1,3% abaixo da de setembro de 2008. Em veículos, por sua vez, a **importação**, ainda que crescente, joga um papel menos relevante, acredita ela, o que ajudaria a entender por que **produção** e vendas andam mais colados.

Enquanto a indústria deve crescer a um ritmo modesto, o varejo tem perspectivas um pouco melhores, dizem analistas. A expectativa é de um crescimento mais forte do que no primeiro trimestre, quando houve um ajuste nas vendas de alguns bens, como automóveis, em função da base de comparação forte do quarto trimestre e dos efeitos das medidas de restrição ao crédito. Isso não quer dizer, contudo, que daqui para frente haverá uma expansão exagerada, avaliam tanto Thaís como os economistas do Bradesco.

A Rosenberg acredita num crescimento de 6% a 7% para o varejo ampliado no ano, enquanto o Bradesco projeta 5,7%. O **mercado** de trabalho ainda aquecido, mesmo com renda e emprego em desaceleração, deve ser um estímulo para o consumo, em ritmo não explosivo.

O economista-chefe da corretora Convenção, Fernando Montero, relativiza um pouco o acúmulo de estoques para explicar a trajetória da indústria neste ano. Ele não vê esse

fenômeno como algo generalizado e intenso, ainda que possa explicar parte do aumento de **produção** no primeiro trimestre e do tombo de abril.

Montero também acredita que o varejo avançará mais rapidamente que a **produção** da indústria, especialmente devido à concorrência pesada do **importado**, num cenário de câmbio valorizado. "A 'boca de jacaré' entre **comércio** e indústria vai continuar abrindo, mas certamente não como antes", diz ele, lembrando que há um enfraquecimento dos fatores que impulsionam a demanda, como queda de confiança do consumidor, piora nas condições de crédito e desaceleração da renda.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>DECISÃO DO SUPREMO ACELERA REFORMA TRIBUTÁRIA</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ribamar Oliveira

Nos próximos dias, alguns governadores vão ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) com pedido para que seja feita uma modulação dos efeitos da decisão, tomada no início deste mês, de considerar inconstitucionais as leis de seis Estados e do Distrito Federal, que concederam incentivos fiscais a empresas sem a aprovação prévia do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Os chefes dos executivos estaduais querem que os ministros do STF definam um prazo para que os Estados se adaptem à decisão e busquem uma solução para o problema.

Em conversa ontem com este colunista, o governador da Bahia, Jaques Wagner, lembrou que, ao considerar inconstitucional o artigo 2º da lei complementar 62/89, que definiu os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Supremo deu um prazo até dezembro de 2012 para que uma nova legislação sobre o assunto seja aprovada pelo Congresso Nacional. "Acho que o mesmo critério poderia ser adotado agora", afirmou Wagner.

Os governadores do Ceará, Cid Gomes, e do Maranhão, Roseana Sarney, estiveram esta semana com alguns ministros do STF manifestando preocupação com as repercussões da decisão nos Estados. "A decisão cria uma grande interrogação jurídica, pois numerosas empresas (que receberam incentivos fiscais baseados nas leis consideradas inconstitucionais pelo Supremo) ficam sem saber o que vai acontecer", observou o governador da Bahia. "Além disso, a decisão não foi para todos os Estados".

Governadores querem prazo para fim da guerra fiscal

Os governadores querem agora um encontro com o presidente do STF, Cezar Peluso, para expor as suas preocupações. Na reunião que tiveram ontem com a presidente Dilma Rousseff, os governadores do Norte e do Nordeste comentaram a questão e expuseram os seus temores. É significativo que o primeiro item da "Carta de Brasília", divulgada por eles após o encontro com a presidente Dilma, defenda justamente a "convalidação dos benefícios fiscais existentes, na forma da legislação de cada Estado".

Essa "convalidação" dos incentivos fiscais concedidos já estava sendo negociada pelo governo, antes mesmo da decisão do Supremo, e constará da proposta de reforma tributária, como lembrou ontem o secretário-executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa. Segundo ele, a "convalidação" poderá ser feita pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

O advogado Leandro Martinho Leite, do escritório Leite, Martinho Advogados, nota que, em passado recente, o Supremo também considerou inconstitucionais as leis de Rondônia, Pará e Paraná, que concediam uma série de incentivos fiscais a empresas, sem aprovação prévia do Confaz. Com a decisão, esses Estados teriam que cobrar das empresas os tributos retroativos.

Em janeiro do ano passado, o Confaz convalidou os incentivos e, com essa "anistia", os três Estados não precisaram cobrar os tributos. Martinho Leite observa ainda que não se tem notícia de qualquer repercussão penal em razão da fruição dos benefícios ou exigência pelo Estado concedente do incentivo dos créditos que anteriormente desonerou.

Uma fonte do governo ponderou, no entanto, que o **Ministério** Público deverá, a partir da decisão do Supremo, iniciar ações pedindo que os Estados cobrem os tributos retroativamente das empresas que obtiveram os benefícios considerados inconstitucionais. Essas ações do **Ministério** Público entraram no radar dos governadores.

O coordenador do Confaz, Carlos Martins, secretário de Fazenda da Bahia, acredita que uma proposta de convalidação dos incentivos considerados inconstitucionais pelo Supremo no início deste mês já poderá ser discutida na próxima reunião do Conselho, que reúne os secretários de Fazenda dos 26 Estados e do Distrito Federal. A reunião será realizada em julho, no Paraná. Segundo ele, essa convalidação poderá ser aprovada pelo Confaz antes mesmo da conclusão da reforma tributária. O cronograma dependeria da modulação da sentença pelo STF.

A preocupação dos governadores é compreensível, mas o fato é que a decisão do Supremo confirmou a necessidade urgente de que o país avance na reforma tributária. Ela precisa ser entendida como uma "sinalização" dos ministros do

STF e, nesse sentido, a decisão pode apressar a reforma. Como observou o secretário Nelson Barbosa, a solução para a guerra fiscal pode ser construída no Legislativo, de maneira consensual, ou ser feita via decisão judicial. "De forma negociada e consensual, podemos ampliar a discussão e trabalhar uma proposta mais abrangente", afirmou.

A proposta que o governo apresentou aos governadores abrange seis itens: alterações na legislação do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)**; mudança no indexador das dívidas estaduais e municipais renegociadas pela União; divisão das receitas do **comércio eletrônico** entre o Estado de origem e de destino da **mercadoria**; criação de um fundo temporário de compensação das perdas com as mudanças do **ICMS**; convalidação dos

benefícios fiscais já concedidos pelos Estados; e um programa de **desenvolvimento regional**, que envolva a redução de alíquotas de tributos federais, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

Depois da reunião de ontem da presidente Dilma com os governadores do Norte e do Nordeste, o coordenador do Confaz acredita que está sendo criado um clima muito propício ao entendimento. "Estamos muito animados com a possibilidade de uma minirreforma tributária no segundo semestre deste ano", afirmou Carlos Martins.

Ribamar Oliveira é repórter especial em Brasília e escreve às quintas-feiras

	VEÍCULO <b>O GLOBO</b>	EDITORIA
	TÍTULO <b>MÍRIAM LEITÃO</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

## PANORAMA ECONÔMICO

### Verdade grega

Está chegando a hora da verdade da Europa. Ontem, o governo grego foi desfeito diante dos protestos, e há riscos de rebaixamento de bancos franceses que compraram dívida grega. A grande dúvida é o que acontece com um sistema monetário quando um dos países entra em colapso da dívida. Uma coisa é certa:

os gregos não conseguirão pagar essa dívida; os bancos vão perder.

Tudo na Europa é sempre um grande teste. A dúvida sobre se um sistema monetário poderia ser compartilhado por tantos países de níveis de **desenvolvimento** diferentes parecia respondida. Até que... a crise começou em 2008.

Durante o período em que tudo foi bem, foi muito bom principalmente para as economias menores. Todos pagavam a mesma taxa de risco da Alemanha para rolar suas dívidas e foram ajudados pelos países centrais.

O problema começou a se insinuar quando os países começaram a fugir dos limites de déficit estabelecidos pelo tratado de Maastricht ou a postergar os ajustes necessários. No caso da Grécia, foi pior: o governo conservador falsificou números de balanços de dívida e déficit.

Quando os bancos foram socorridos em 2008 e os governos ampliaram muito seus gastos, as diferenças apareceram. A Alemanha que tem uma economia competitiva, ajustada, e tem força para superar as dificuldades continua com um baixo nível de risco, mas Grécia, Irlanda, Portugal, em certa medida a Espanha, e talvez até a Itália passaram a receber maus olhados e presságios dos analistas.

A Europa num primeiro momento mostrou que estava disposta a dobrar a aposta no euro. Fez o Fundo de Estabilização Financeira, os grandes países fizeram uma vaquinha, emprestaram para alguns dos países encrencados. A esperança era que assim eles ganhariam um fresco, ajustariam suas contas e depois seriam de novo financiados pelos **mercados**.

O preço pedido aos países foi alto demais e é claro que os alemães tinham razão quando criticavam a baixa idade de aposentadoria dos gregos. Eles, os alemães, se aposentavam mais tarde, e ainda eram obrigados a pagar a conta pelos problemas fiscais da Grécia. O socorro ao país anunciado em 2010 foi de 110 bilhões, ou 47% do **PIB** grego, e a dívida no final daquele ano ainda estava em 148% do **PIB**. Entre janeiro de 2012 e junho de 2013, os gregos ainda têm mais 70 bilhões em dívida para rolar.

Certamente os bancos que compraram dívida grega terão de aceitar o alongamento dos prazos de pagamento, como sugerido pela Alemanha. Isso é calote. E aí como fica uma unidade monetária quando um dos países dá um calote? A solução mais óbvia quando um governo está com dívida e déficit altos é desvalorizar sua moeda, o que não se pode fazer dentro da União Europeia. E se os gregos saírem do euro e voltarem a ter dracmas? Teriam dívida numa moeda forte e receita numa moeda local que se desvalorizaria.

Além do mais, a reação do **mercado** seria olhar imediatamente para os próximos da linha de contágio, no caso Irlanda e Portugal. Depois os outros, maiores.

A agência Moody's ameaçou ontem rebaixar o rating de três grandes bancos franceses por causa da exposição que eles têm à dívida grega. Isso porque em caso de calote grego, os bancos terão de reavaliar para baixo os seus ativos. Segundo a Moody's, o sistema financeiro francês tem uma exposição de US\$ 56,7 bilhões à dívida grega, enquanto o sistema financeiro alemão está exposto em US\$ 33,97 bi. Também ontem a S & P rebaixou o rating de quatro bancos gregos e eles ainda estão com perspectiva negativa. Os juros para rolagem da dívida grega bateram novo recorde: foram de 17,38% para 17,73%. Os da Irlanda também subiram, de 11,38% para 11,55%, mas Portugal conseguiu uma trégua, com redução de 10,75% para 10,69% depois de ter sido bem sucedido em um leilão de títulos com vencimento de três a seis meses.

Ainda assim, são três os países da Zona do Euro rolando dívida ao custo de dois dígitos. Os juros cobrados dos espanhóis, embora ainda sejam bem menores, também

atingiram pico histórico, de 5,55%. Na outra ponta, continuam países como a Alemanha, pagando 3%; e França, 3,38%.

A crise está tendo reflexo nos preços de vários outros ativos. As bolsas americanas tiveram ontem a maior queda das duas últimas semanas e praticamente zeraram os ganhos do ano, depois de terem subido cerca de 10%. O petróleo caiu 4% em um só dia e voltou ao nível de fevereiro, o euro se desvalorizou 1,9% em relação ao dólar, e o índice de commodities medido pela S & P recuou 3,4%. Essa

volatilidade dificulta a tomada de decisões porque deixa o futuro mais incerto e pode pegar empresários, governos e pessoas no contrapé.

A Europa fez uma aposta forte na união de todos os países. O sucesso foi enorme num primeiro momento.

Agora, o desafio que está posto no painel de controle é também enorme. E a solução ainda não foi encontrada.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>APOIO À REFORMA QUE SAI CARO</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Governadores exigem mais para aprovar mudança

. BRASÍLIA. Os estados do Norte e do Nordeste ampliaram a lista de reivindicações para aprovar a minirreforma tributária. Na Carta de Brasília, os governadores reforçaram sua principal exigência - alterar os indexadores da dívida com a União - e ainda impuseram novas condições que, segundo o documento, são "pré-requisitos necessários a deflagração de qualquer discussão sobre reforma".

Entre as exigências, estão a abertura de uma linha do **BNDES** para investimentos nos estados, a inclusão no Plano Plurianual de recursos para compensações da Lei Kandir até 2015 (relativas à desoneração de **exportações** pelos estados) e a manutenção de incentivos na **Zona Franca de Manaus**.

A carta relaciona dez pontos. Alguns sequer dependem da União, mas de entendimento entre os estados no âmbito do Confaz. Os governadores querem incluir no debate da reforma até mesmo a distribuição dos royalties decorrentes da exploração do pré-sal. Segundo governadores, Dilma Rousseff foi enfática ao dizer que não poderá atender a todos.

- Queremos dividir as dificuldades os benefícios. Nem tudo é possível atender. O equilíbrio macroeconômico é uma prioridade e estamos conseguindo essa meta. Achavam que não iríamos segurar a inflação. Mas, hoje, a inflação está sob

controle. gora, nossa preocupação é com a capacidade de investimento. Por isso, é **importante** abrir esse diálogo para que haja investimento nos estados - disse Dilma, segundo governadores.

Mas, ciente do impacto de seu plano de reduzir o **ICMS**, o governo vê como justas algumas das propostas, como a adoção do critério do **PIB** per capita, proposto pelo governador do Ceará, Cid Gomes, para medir a ajuda que cada estado precisa em termos de **desenvolvimento regional**.

- Os estados querem compensações, o que é justo, porque a guerra fiscal substituiu a ausência de políticas de **desenvolvimento regional**. Nos últimos anos, nós temos introduzido políticas nesse sentido através do PAC, do Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, que são programas que acabam atribuindo mais recursos às regiões menos desenvolvidas no país - disse o ministro Guido Mantega.?

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>MERVAL PEREIRA</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Assim é se lhe parece

. A economia brasileira oferece menos riscos que a dos Estados Unidos ou, ao contrário, há indícios de que o país está a caminho de uma recessão? Nem uma coisa nem outra, mas ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega, festejou no Palácio do Planalto o fato de que um indicador econômico do **mercado** financeiro, o CDS (Credit Default Swap), indicaria que o risco **Brasil** está pela primeira vez menor que o dos Estados Unidos.

Fez lembrar o ex-presidente Lula, que criou um embaraço diplomático ao dizer, para se vangloriar, que "é muito bom terminar o mandato e ver que os EUA continuam em crise", em contraste com o Brasil, que cresceu no seu último ano 7,5%.

Mantega comemorava, na verdade, não uma melhoria da economia brasileira, mas as dificuldades do governo de Barack Obama para conseguir que o Congresso americano dê permissão para que seja ampliado o teto de endividamento do país. Caso isso não aconteça, em agosto o Tesouro americano não terá condições de honrar o pagamento de seus títulos.

O mais intrigante nessa "comemoração" do governo brasileiro é que o **Brasil** hoje é nada menos que o quarto maior detentor de títulos do Tesouro dos Estados Unidos, ficando atrás apenas da China, do Japão e dos países **exportadores** de petróleo.

Isso quer dizer que o **Brasil** seria prejudicado se os Estados Unidos não conseguissem onrar seus compromissos, o que já é temido pelo **mercado** financeiro internacional, embora considerado altamente improvável.

O governo chinês, que não brinca em serviço, em vez de comemorar, já alertou os congressistas americanos de que eles estão "brincando com fogo" ao não darem ao governo americano os instrumentos necessários para tratar do equacionamento da dívida interna a longo prazo.

O índice CDS é uma espécie de seguro que investidores utilizam para se proteger contra a possibilidade de algum devedor não quitar suas obrigações, e o aumento do risco dos Estados Unidos está justamente a luta política que democratas

e republicanos travam no Congresso. Se, como todos acreditam, os congressistas chegarem a um acordo, e o governo americano puder ampliar sua capacidade de endividamento, o CDS dos Estados Unidos voltará a indicar risco reduzido, próximo de zero, como acontece em relação aos bônus de **mercados** emergentes, que são a base de outra medida de risco. Nesse caso, os bônus de países emergentes como o **Brasil** são comparados com o risco nulo dos bônus dos Estados Unidos.

Já o CDS do **Brasil** continuará onde sempre esteve, naturalmente abaixo dos Estados Unidos, devido aos riscos inerentes a uma economia que, embora venha se comportando de maneira correta e demonstre vitalidade, já deu o calote nos devedores.

Mesmo essa vitalidade da economia brasileira, que nos transformou na "bola da vez" dos investidores internacionais diante das dificuldades crescentes dos Estados Unidos e da Europa, poderia ser colocada em dúvida por outro indicador financeiro.

O jornal "Financial Times" de ontem mostra que a curva de rendimento de títulos públicos do **Brasil** indicaria problemas à vista na nossa economia, pois os juros dos títulos de curto prazo estão mais altos do que os de longo prazo, o que significaria que o **mercado** está temendo uma forte desaceleração ou até mesmo uma recessão econômica no futuro.

O mais grave, segundo o "Financial Times", é que os países cuja curva de rendimento de títulos públicos apresenta as maiores diferenças entre os juros de curto e de longo prazo são Grécia, Portugal e Irlanda, justamente os três países europeus que enfrentam os maiores problemas financeiros na região.

A Índia, outro país emergente, parceira do **Brasil** nos Brics, segundo a reportagem, também está em situação semelhante à brasileira, com os juros de longo prazo apresentando alta nas últimas semanas, devido ao aumento dos juros para conter a inflação.

Há análises mais otimistas, no entanto. O mesmo fenômeno que, para Grécia, Portugal e Irlanda representaria uma indicação de recessão econômica, para países com

economias em bom estado, como as do Brasil e da Índia, indicaria a tendência de longo prazo de queda dos juros, e não uma crise econômica. Aposta desses analistas é que sucessivos governos brasileiros, inclusive o atual, já se comprometeram com a estabilidade econômica a tal ponto que é possível prever que a longo prazo a inflação convergirá para o centro da etá, e os juros poderão voltar a ser reduzidos.

A questão é que o Brasil tem diante de si desafios que não parecem ser as prioridades do governo, engessado por uma coalizão congressual insatisfeita e que, ao contrário de ser uma base para as reformas estruturais de que necessita, é uma verdadeira fábrica de "custo Brasil" com suas reivindicações permanentes.

Agora mesmo o governo começa a negociar duas propostas de emenda constitucional que são explosivas, tanto política quanto economicamente: a das verbas para a Saúde e a do piso nacional para policiais militares.

Como o governo não parece disposto a cortar realmente seus custos, que são compensados pela carga tributária que continua ascendente, essas pressões do Congresso colocam mais lenha na fogueira que faz a inflação ficar aquecida. A alta dos juros a longo prazo, nessa situação, seria uma sinalização de que o governo teria que manter seu remédio amargo por muito mais tempo do que o previsto, correndo realmente o risco de uma desaceleração mais acentuada na economia.

	VEÍCULO ESTADO DE MINAS	EDITORIA	
	TÍTULO <b>EUA, JAPÃO E ITÁLIA VÊM ÀS COMPRAS</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Países ampliam importação de produtos mineiros no ano e ajudam estado a aumentar vendas externas em 59%**

**Marta Vieira**

No rastro das ávidas compras chinesas no mercado internacional, os Estados Unidos, o Japão e a Itália contribuíram fortemente, embora em menor intensidade que o gigante asiático, para o avanço das exportações de Minas Gerais de janeiro a abril, que somaram US\$ 11,649 bilhões. Os produtos mineiros vendidos no exterior garantiram um acréscimo de receita de 59,6% na comparação com o primeiro quadrimestre do ano passado (US\$ 7,297 bilhões), maior taxa de crescimento observada entre os sete estados que mais exportaram, conforme estudo detalhado sobre o comércio de Minas com o exterior divulgado ontem pela Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte. Comparada ao fôlego exportador do Brasil, com aumento de 31,3% no período analisado, a performance mineira foi melhor em quase o dobro.

O Espírito Santo ficou na vice-liderança do ranking nacional medido com base na expansão das vendas externas frente a 2010, a despeito do dólar fraco que favorece as importações. Os embarques capixabas cresceram 58,2% e São Paulo, que sozinho responde por algo em torno de um quarto de tudo o que o país exporta, registrou crescimento bem modesto, de 15,9%. Os dados foram obtidos a partir do banco de informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A análise mostra que apesar da recuperação ainda difícil da economia americana e da Europa, depois do abalo da crise financeira de 2008 e 2009, os tradicionais parceiros comerciais de Minas seguem aumentando as compras. Esses dois mercados haviam reduzido de forma drástica as suas importações de Minas em 2009. País em reconstrução, o Japão, da mesma forma, elevou suas compras.

Além do minério de ferro, produtos siderúrgicos e café, as estrelas dos negócios do estado no exterior, veículos, pedras preciosas e granitos ajudaram a elevar a receita mineira nos primeiros quatro meses do ano, observou a pesquisadora Elisa Maria Pinto da Rocha, autora do estudo da Fundação João Pinheiro.

"Trata-se de um desempenho muito positivo num momento de incerteza e até retrocesso na economia mundial. Se o estado chegar ao fim do ano com crescimento das exportações para países que estão andando de lado, como os Estados Unidos, podemos nos considerar satisfeitos", afirma.

Outros mercados Se a China continua a fazer sombra aos demais países de destino das exportações mineiras, garantindo ao estado uma receita de US\$ 3,548 bilhões de janeiro a abril, com crescimento de 122,7% ante os primeiros quatro meses de 2010, os Estados Unidos também exibiram aumento expressivo.

As compras norte-americanas de produtos mineiros somaram US\$ 903 milhões, receita 51,5% superior aquela registrada de janeiro a abril do ano passado. O avanço ganha importância, de acordo com Elisa Rocha, tendo em vista a participação de bens de alto valor nesse comércio, a exemplo de carros e pedras.

A Itália tem um perfil semelhante de compras, que incluem pedras e granito, além de veículos, num comércio incrementado pelos negócios da Fiat Automóveis, sediada em Betim, na Grande Belo Horizonte. As exportações para o país-sede da montadora alcançaram US\$ 376,076 milhões, com aumento de 58% em relação aos negócios faturados de janeiro a abril de 2010. Minério e produtos siderúrgicos mineiros explicam a elevação das vendas para o Japão, de 42,06% no período analisado, país que sofreu recentemente um dramático terremoto seguido de tsunami.

Com o bom desempenho das vendas para os EUA e a Europa, foram os pequenos municípios mineiros exportadores que se destacaram com fartas taxas de crescimento das vendas de janeiro a abril. Segundo a pesquisadora Elisa Rocha, da Fundação João Pinheiro, Caeté, na Grande Belo Horizonte, vendeu 42.786% a mais em ouro em barras para o Reino Unido e a Suíça e a cidade de Santa Juliana, no Alto Paranaíba, obteve receita 2.000% maior no primeiro quadrimestre deste ano com os embarques de açúcar para a Romênia, Rússia e China. Como a larga vantagem do minério de ferro e outros produtos minerais permanece - esse grupo foi responsável por 45% das exportações totais de Minas -, a lista dos maiores exportadores do estado continua liderada

por Itabira, na porção central do estado, seguida de Nova Lima, Araxá e Ouro Preto, municípios que têm uma economia ligada à extração mineral. **Importações** vançam 29,7%

As críticas generalizadas da indústria brasileira contra a valorização do real frente ao **dólar** e a invasão de produtos **importados** faz sentido à luz do balanço do **comércio** de Minas Gerais com o exterior. As **importações** atingiram US\$ 3,518 bilhões de janeiro a abril, com crescimento de 29,7% frente ao primeiro quadrimestre de 2010, resultado inferior ao das **exportações**, mas é no embarque de automóveis que se observa o desequilíbrio entre as duas vidas de **comércio**. O saldo da balança comercial de Minas somou US\$ 8,130 bilhões no período, com alta de 77,4%. As vendas externas mineiras de veículos, produtos de alto valor, caíram 3,1% neste ano, enquanto as **importações** aumentaram 32,9%.

A pesquisadora Elisa Rocha, da Fundação João Pinheiro, verificou que esse descompasso ocorreu no Paraná em grau até superior, já que o estado importou 97,2% a mais, ao passo que suas **exportações** diminuíram 9,3%. Na média brasileira, a taxa de crescimento das **exportações** foi de 16,1%, ante os 37% de avanço das **importações**. Os veículos que mais entram no **Brasil** têm origem na Coreia e em Minas as compras no exterior estão sendo feitas, particularmente, na Alemanha, Itália e Argentina. "Há uma justa preocupação. No

conjunto do país e nos principais estados **exportadores**, observa-se forte expansão das **importações** (de veículos) frente a um pífio desempenho das **exportações**", afirma a pesquisadora.

Máquinas Os fabricantes de máquinas e equipamentos, outro setor afetado pela política cambial no Brasil, discutiram a chamada desindustrialização ontem em Belo Horizonte. O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Aubert Neto, alertou para a queda da participação das **exportações** no faturamento do setor, de 34% em 2005 para 23% neste ano, de janeiro a abril. As **importações** superam as **exportações** desde 2004 e o déficit da balança comercial já acumula US\$ 50,3 bilhões.

"O **Brasil** é que não é competitivo", desabafou Luiz Aubert, mencionando a política cambial que mantém o real valorizado, a alta taxa de juros, o chamado custo **Brasil** e a elevada carga tributária no país. Com grande participação no parque industrial brasileiro, a **produção** das indústrias de máquinas e equipamentos diminuiu 5,4% em abril, depois de quatro meses de crescimento, conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

	VEÍCULO O TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>MANTEGA DIZ QUE <u>ICMS</u> TEM MODELO FALIDO E PREJUDICA A <u>PRODUÇÃO</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Estados exigiram, em contrapartida, compensações consideradas "justas"**

Brasília. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou ontem que o modelo atual do ICMS está esgotado e prejudica a produção nacional, porque os produtores não conseguem receber os créditos de ICMS gerados pela guerra fiscal. O ministro lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais algumas leis estaduais que concedem benefícios tributários. "Portanto, esse modelo se esgotou", disse o ministro, em entrevista no Palácio do Planalto, após reunião com a presidente Dilma Rousseff e governadores do Norte e Nordeste.

**Mantega disse que, por isso, propôs aos governadores uma mudança na estrutura de cobrança do ICMS.**

**Para o ministro, a reformatação do ICMS poderá sem implementada "num futuro próximo".**

No entanto, os Estados exigiram, em contrapartida, compensações que, segundo Mantega, são "justas". O ministro afirmou que a guerra fiscal substituíra a política de desenvolvimento regional, mas que o governo tem programas como o PAC e o Minha Casa, Minha Vida que ajudam no desenvolvimento regional. Mantega afirmou que falta avançar e aperfeiçoar a proposta apresentada pela União, de redução das alíquotas do ICMS nas operações interestaduais.

Ele contou que a carta recebida ontem por ele e pela presidente Dilma dos governadores do Norte e Nordeste inclui dez pontos, alguns em relação à mudanças no ICMS e outros de interesse dos Estados, mas que extrapolam essa questão tributária. Mantega disse que alguns pontos da carta dependem de mudança legislativa.

**Risco do Brasil é menor que o dos EUA**

BRASÍLIA. Pela primeira vez na história, o risco soberano do Brasil - considerando apenas o endividamento público, no ranking Credit Default Swap (CDS) - é menor do que o dos Estados Unidos. De acordo com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o risco soberano do Brasil atingiu 41,2 pontos, enquanto para os Estados Unidos a taxa é de 49,7.

Mantega explicou que o risco soberano é uma espécie de seguro que os países pagam como forma de os credores se precaverem contra eventual default, isto é, calote. "Estamos muito felizes com essa informação porque mostra a solidez da economia brasileira", comemorou.

**Flash**

FMI. Mantega voltou a dizer que o Brasil vai aguardar a sabatina a que os 24 diretores do FMI submeterão os dois candidatos a diretor-gerente da instituição, na próxima semana, para definir seu voto.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>MINISTRO PROMETE NOVO ICMS</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Mantega disse que altera o modelo se estados entrarem em acordo. O atual modelo de cobrança do **ICMS** em todo o **Brasil** será alterado. A informação foi dada ontem pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, após reunião com governadores das regiões Norte e Nordeste do país. Ele afirmou que a União mudará as regras do jogo, desde que as unidades da federação cheguem a um consenso sobre as novas medidas anunciadas. "Temos hoje um sistema um pouco antigo no Brasil. Um modelo já esgotado, porque há diversidade de um estado para outro e há guerra fiscal entre eles. Esse modelo está no fim", garantiu.

Na avaliação da equipe econômica do **Governo Federal** e também dos governadores, o imposto prejudica a **produção** brasileira. Porém, mesmo com opiniões semelhantes, ainda terá de haver um acordo entre ambas as partes para concretizar uma proposta. Ontem, durante o encontro com a presidente Dilma Rousseff e Mantega no Alvorada, os 17

governadores entregaram um documento com 10 reivindicações.

Entre elas, está, por exemplo, a convalidação dos benefícios fiscais existentes. Dessa forma, as garantias estaduais já concedidas a empresas até hoje estariam dentro da lei e, portanto, não estariam sujeitas a ações no Judiciário. Além disso, os governadores querem modificar a tributação de operações interestaduais de **comércio** eletrônico. "Essa é uma preocupação grande de vários estados, porque o **comércio** eletrônico está avançando e a tributação do **comércio** eletrônico é na origem, e não no destino. Ou seja, determinados estados vendem os produtos, via eletrônica, e o produto é tributado na saída desse estado, sendo consumida em outras unidades da federação", explicou Mantega.

	VEÍCULO <b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b>		EDITORIA
	TÍTULO <b>ALOIZIO MERCADANTE PROPÕE CRIAR A "EMBRAPADAINDÚSTRIA"</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O ministro de Ciência e Tecnologia (MCT), Aloizio Mercadante, discute com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) uma proposta de criação de um órgão de pesquisa para inovação tecnológica na área da indústria de transformação, que seguiria os moldes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). "Tem de ser uma parceria de iniciativa privada e de setor público", disse.'

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>ESTADOS PEDEM MUDANÇAS NO ICMS</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Reivindicação foi entregue por governadores do Norte e Nordeste à presidente Dilma** Governadores dos estados do Norte e do Nordeste apresentaram ontem documento com dez propostas para o desenvolvimento das duas regiões. Entre os itens estão mudanças no regime de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O texto foi entregue a presidente Dilma Rousseff e ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, para quem o modelo de ICMS em vigor já está "esgotado".

"Com a diversidade que existe de um estado para outro este modelo sofre esgotamento e é um sistema que prejudica a produção. Os produtores não conseguem receber os créditos do ICMS e um estado entra com ação contra outro por conta da guerra fiscal", disse Mantega.

Entre as reivindicações dos governadores, está a garantia de que não haverá redução nas receitas hoje existentes considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que estabeleceu um prazo até dezembro de 2012 para que o Congresso aprove a nova legislação sobre os critérios de partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Os governadores querem que o percentual de 85%

historicamente destinado aos estados das regiões menos desenvolvidas seja preservado.

Outra reivindicação é a alteração do atual indexador da dívida dos estados. Eles pedem que seja adotado o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 2% ao ano em substituição ao Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), que resultou em correção de até 19% na dívida de alguns estados.

Os governadores pedem ainda a implementação de políticas de desenvolvimento regional e a necessidade de modificação no comércio eletrônico estadual. "A tributação do comércio eletrônico ocorre na origem e não no destino. O comércio eletrônico já representa 15% do volume total de comércio e está crescendo. Teríamos que caminhar para uma medida que equilibrasse a tributação entre estados produtores e consumidores de modo que haja um compartilhamento do tributo", ressaltou o ministro Mantega. Com ABr

	VEÍCULO <b>AMAZONAS NOTÍCIAS</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>ZFM é incluída em proposta de governadores do Norte e Nordeste para reforma tributária</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A manutenção da Zona Franca de Manaus (ZFM) como modelo de desenvolvimento econômico está entre os dez pontos defendidos pelos governadores da Amazônia Legal e do Nordeste do País em documento com pleitos para a reforma tributária, que foi entregue durante reunião com a presidente Dilma Rousseff, nesta quarta-feira, em Brasília (DF).

O vice-governador José Melo, que participou do encontro, destacou que a decisão de incluir a defesa da ZFM no documento foi tomada de comum acordo com governadores do Norte e Nordeste e representou uma conquista histórica para o Amazonas.

De acordo com o secretário executivo da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Thomás Nogueira, que também participou do encontro em Brasília, a proposta que defende que qualquer modelo de reforma tributária terá que preservar a ZFM foi bem recebida pela presidente Dilma e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que manifestaram posição favorável ao pleito. "A proposta foi resultado da articulação do Governo do Amazonas, liderada pelo governador Omar Aziz, junto aos outros Estados, que entenderam a importância do modelo", afirmou Nogueira.

A definição de uma proposta conjunta dos Estados das duas regiões, com a inclusão da defesa da ZFM, estava sendo desenhada desde a última semana, quando secretários de Fazenda dos Estados da Amazônia Legal se reuniram em Manaus para discutir temas como o Fundo de Participação dos Estados, dívida pública, guerra fiscal, invasão dos importados e reforma tributária. Segundo Nogueira, uma reunião nos mesmos moldes foi feita entre os Estados do Nordeste. As decisões tomadas nestas reuniões prévias foram sintetizadas, na noite de terça-feira, em Brasília, na carta que foi entregue nesta manhã à presidente Dilma.

"O vice-governador José Melo explicou aos governadores o papel econômico, social, político e ambiental da ZFM como alternativa econômica. Tivemos inclusive manifestações em defesa do modelo pelos governadores de Rondônia, Pernambuco e Bahia na reunião de ontem", ressaltou o secretário executivo da Sefaz.

Entre os dez pleitos apresentados pelos governadores para que sejam discutidos dentro da proposta de reforma tributária estão, ainda, a convalidação dos benefícios fiscais existentes na forma da legislação de cada Estado e a adoção de uma política de desenvolvimento com tributos federais para que as empresas instaladas em localidades menos desenvolvidas, como no Norte e Nordeste, sejam incentivadas com alíquotas reduzidas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Renda (IR), PIS e Cofins.

Os pleitos incluem também modificação da tributação em operações interestaduais não presenciais, inclusive por comércio eletrônico; a garantia de que não haverá redução nas receitas do Fundo de Participação dos Estados (FPE), preservando o percentual de 85% para Estados de regiões menos desenvolvidas; adoção do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 2% ao ano como indexador da dívida dos Estados; mudança no critério de divisão de recursos do Salário Educação; redivisão dos royalties do petróleo do pré-sal; fixação de recursos no orçamento para pagamento de compensações decorrentes da desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); e abertura pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de linha de crédito aos Estados para que mantenham níveis de investimentos.

ICMS - Em relação à proposta de mudança da cobrança do ICMS de origem para destino, com a reforma tributária, Thomás Nogueira afirmou que a proposta não foi pensada para prejudicar o Amazonas, mas que será necessário discutir medidas que garantam a manutenção das vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus. "O princípio do destino (na cobrança do ICMS) busca objetivos maiores, de interesse nacional, como um mecanismo de evitar a guerra fiscal. Nos cabe ver como a competitividade da ZFM pode ser mantida nesse sistema, seja através de um diferencial na tributação seja através de outros mecanismos", frisou o secretário executivo da Sefaz.

	VEÍCULO <b>AMAZONAS NOTÍCIAS</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>BMW terá outra moto na <u>Zona Franca</u> de <u>Manaus</u></b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Empresa anunciou montagem local da big trail F 800 GS**

**Redação AB**

O diretor mundial da divisão de motos da BMW, Hendrik von Kuenheim, anunciou a **produção** de mais um modelo no Brasil, a F 800 GS, motocicleta do segmento big trail, para uso misto e grandes distâncias. A operação começa ainda neste mês de junho, com montagem dentro das instalações da Dafra, na **Zona Franca** de **Manaus**. A previsão é de que o modelo chegue em agosto às revendas da marca. O preço já foi definido, R\$ 42.900.

A F 800 GS é uma moto muito agradável de pilotar. Suas suspensões têm cursos bem longo, o que garante conforto em viagens. Outro ponto favorável à moto é a suavidade de funcionamento de seu motor bicilíndrico. Esta será a terceira BMW com montagem local (a G 650 GS e a esportiva F 800 R já são montadas na Dafra).

Outro anúncio feito por Kuenheim foi a **importação** da K 1600 GT, moto equipada com motor de seis cilindros. Ela também chega em agosto, mas não teve seu preço revelado.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo Federal anuncia série de medidas que irão beneficiar estados do Norte e do Nordeste</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Governadores de estados do Norte e Nordeste discutem redução do ICMS**

O Governo anunciou nesta quarta-feira,(15), medidas para beneficiar a economia dos estados das regiões Norte e Nordeste. O anúncio foi feito pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega depois de um café da manhã que reuniu governadores e a presidenta Dilma Rousseff, no Palácio da Alvorada, em Brasília.

Entre os benefícios concedidos estão a isenção de impostos federais para empresa que queiram se instalar nas

duas regiões e a criação de limite para a correção da dívida dos estados com a União.

Os governadores também discutem em Brasília, a redução do ICMS para os estados do Norte e Nordeste. Guido Mantega afirmou durante coletiva concedida pela manhã, que o governo prepara a reformatação do ICMS numa minirreforma tributária em conjunto com os estados.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>ZFM</b> fabricará tablets		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Decisão nesse sentido já foi tomada pela Samsung, que optou por fazer um aparelho mais compacto**

**antonio paulo**

**Tablet da Samsung, modelo Galaxi, já é vendido no mercado brasileiro (Antonio Lima/11/05/2011 )**

A Samsung vai fabricar tablets – minicomputadores em forma de prancheta – de cinco polegadas na **Zona Franca** de **Manaus**.

A multinacional asiática aguarda somente a aprovação do projeto pelo Conselho de Administração da **Suframa** (CAS) e aval do Conselho de **Desenvolvimento** do **Amazonas** (Codam) para iniciar a **produção**.

A informação é do vice-presidente de Novos Negócios da Samsung no Brasil, Benjamin Sicsú. A Samsung já produz, fora de **Manaus**, o Galax Tab de 7” ao preço médio de R\$ 1,5 mil à vista.

“A decisão está tomada. Vamos produzir tablets menores no Polo Industrial de **Manaus**, a partir da aprovação da CAS e do Codam. Com o display menor, com certeza o preço final do produto vai ficar mais barato para o consumidor. Essa é a nossa intenção”, disse nesta terça-feira (14) Benjamin Sicsu. Ele espera que a **produção** seja iniciada no segundo semestre de 2011.

Por outro lado, a direção da Samsung estendeu a mão para pedir apoio da bancada do **Amazonas**, no Congresso Nacional, com relação ao tamanho do minicomputador portátil.

A Medida Provisória (MP) 534/2011, que está para ser votada na Câmara dos Deputados, dá incentivo fiscal para **produção** do tablet no Brasil, em torno de 10% de PIS/Cofins desde que o tamanho do equipamento seja de 140cm<sup>2</sup>, no mínimo. O aparelho que a Samsung quer fabricar em **Manaus** é de 101 centímetros quadrados.

**Em campo**

Ontem, o deputado federal Pauderney Avelino (DEM-AM) entrou em campo para tentar modificar a MP 534 e reduzir para 100cm<sup>2</sup> o tamanho mínimo do tablet.

Ele apresentou emenda à medida fixando em 240cm<sup>2</sup> (até 12 polegadas). “Até ir à votação, vamos trabalhar intensamente para que consigamos fazer essa alteração na MP porque aí o aparelho que será produzido pela Samsung, na **Zona Franca**, terá mais incentivos. Claro, que não será uma tarefa fácil, mas com o apoio de toda a nossa bancada, a nossa luta poderá trazer bons resultados”, afirmou o vice-líder do DEM.

Benjamin Sicsu comemorou o empenho do deputado amazonense (e da bancada) porque, segundo ele, se MP 534 for modificada e o tamanho do tablet ficar em torno de 100cm<sup>2</sup>, o aparelho da Samsung sairá do **PIM** 10% mais barato porque, além dos incentivos previstos na legislação da **Zona Franca**, o computador-prancheta, com celular e TV, terá ainda as isenções de PIS e Cofins previstos na medida provisória.

“Vai sair mais barato ainda porque a redução dos impostos, a serem dados pelo **Governo Federal**, é para o produto vendido no varejo, na loja, ou seja, para o consumidor final. A indústria não vai ganhar mais por isso. Daí, a importância da ação da bancada do **Amazonas** em lutar para modificar a MP 534”, declarou o vice-presidente da Samsung no Brasil.

Com essa decisão, Benjamin Sicsu poderá voltar às “graças” dos políticos e da população do **Amazonas**. Ele já foi considerado persona non grata no Estado ao tomar decisões desfavoráveis à **ZFM** quando era secretário executivo do **Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic)**, no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Foi ele também que levou parte da **produção** de celulares do **PIM** para o interior de São Paulo.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Deputado propõe alteração do <u>PPB</u> dos Tablets</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**José Ricardo Wendling (PT) encaminha uma indicação aos Ministérios de Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento e Comércio Exterior, como ainda às comissões de C&T do Senado e da Câmara Federal, para que seja alterado o PPB dos Tablets**

Ao mesmo tempo em que parabenizou a empresa coreana Samsung pela decisão de fabricar os tablets no Polo Industrial de Manaus (PIM), um estímulo a outros investimentos na região, o deputado José Ricardo Wendling (PT) também está encaminhando Indicação aos Ministérios de Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento e Comércio Exterior, como ainda às comissões de C&T do Senado e da Câmara Federal, para que seja alterado o Processo Produtivo Básico (PPB) dos Tablets.

O deputado defende que já comece em 2011 a exigência para a fabricação de componentes no Brasil e que em 2012 essa produção chegue a 100%. “As empresas instaladas no PIM têm capacidade de fabricar a totalidade desses produtos, como placa mãe de circuito impresso,

carregador de bateria, fios e cabos (chicotes) e gabinetes plásticos”, afirma.

Pelo atual PPB, peças como carregadores de bateria só poderão ser fabricados nacionalmente em 2012, com percentual restrito a 50%, e de 2013 em diante, 80%. Já as placas de circuito impresso com função de acesso a rede de comunicação sem fio, essa produção só será permitida a partir de 2013, limitada a 50%, e de 2014 em diante, 80%. E as placas de comunicação para telefonia celular, a fabricação será permitida no Brasil somente em 2013, limitada em 20%, e de 2014 em diante, 30%.

De acordo com o parlamentar, essa mudança se faz necessária para evitar que empresas de componentes se instalem fora do PIM. “Também precisamos incentivar as empresas que aqui já se encontram e que também têm condições de aumentar sua capacidade produtiva”.

	VEÍCULO PORTAL D24AM	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Guido Mantega diz que modelo do <u>ICMS</u> prejudica a produção</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Ministro da Fazenda afirmou que os produtores não conseguem receber créditos gerados pela guerra fiscal criado pelo ICMS.**

Brasília - O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou hoje que o modelo atual do Imposto sobre a Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** está esgotado e prejudica a **produção** nacional, porque os produtores não conseguem receber os créditos gerados pela guerra fiscal. O ministro lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais algumas leis estaduais que concedem benefícios tributários. "Portanto, esse modelo se esgotou", disse o ministro, após reunião com a presidente Dilma Rousseff e governadores do Norte e do Nordeste.

Mantega disse que, por isso, propôs aos governadores uma mudança na estrutura de cobrança do **ICMS**. Os Estados exigiram, em contrapartida, compensações que, segundo Mantega, são "justas". O ministro afirmou que a guerra fiscal substituiu a política de **desenvolvimento regional**, mas que o

governo tem programas como o **PAC** e o Minha Casa, Minha Vida, que ajudam no **desenvolvimento regional**. Ele afirmou ainda que falta aperfeiçoar a proposta apresentada pela União, de redução das alíquotas do **ICMS** nas operações interestaduais.

O ministro contou que a carta recebida hoje por ele e pela presidente Dilma dos governadores do Norte e do Nordeste inclui dez pontos, alguns em relação a mudanças no **ICMS** e outros ligados a interesses dos Estados que extrapolam a questão tributária. Mantega disse que alguns pontos da carta dependem de mudança legislativa.